

TRANSGREDINDO AS NORMAS: O USO POLÍTICO DOS *COLETES DE EMANCIPAÇÃO*

BREACHING THE STANDARDS: THE POLITICAL USE OF EMANCIPATION VESTS

Laura Junqueira de Mello Reis¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: No presente artigo buscamos problematizar a relação das mulheres de meados da década de 1850 com a utilização da indumentária dita *masculina*, ou seja, aquela roupa que fora socialmente imposta aos homens, a exemplos das calças e coletes. Insatisfeitas com as condições sociais postas para as mulheres oitocentistas e sem encontrar espaços para contestar as normas, essas mulheres viram nas roupas uma maneira de reivindicação. Analisando essas situações a partir da imprensa feminina, em jornais como o *Jornal das Senhoras*, buscamos compreender a utilização desse tipo de roupas como uma ação política que configura, a partir do conjunto de normas e atitudes, uma cultura política. Para isso, tomamos os jornais como nossa principal fonte, investigamos a utilização desses trajes com base no conceito de cultura política e, por fim, utilizamos gênero como categoria de análise.

Palavras chave: Coletes de Emancipação; Século XIX; Mulheres.

Abstract: Abstract: In this paper we seek to problematize the relationship of women in the mid-1850s with the use of so-called male clothing, that is, clothing that was socially imposed on men, such as pants and vests. Dissatisfied with the social conditions placed on women in the 19th century and without finding spaces to challenge the norms, these women saw clothing as a way of claiming. Analyzing these situations from the female press, in newspapers such as the *Jornal das Senhoras*, we seek to understand the use of this type of clothing as a political action that configures, from the set of norms and attitudes, a political culture. For this, we take newspapers as our main source, investigate the use of these costumes based on the concept of political culture and, finally, we use gender as a category of analysis.

Keywords: Emancipation Vest; XIX century; Women.

¹Graduada e mestre em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutoranda em história política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista Capes. E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com

Introdução

No Brasil do século XIX existiam normas sociais que interferiam diretamente no estilo e modelo de indumentária que poderiam ser utilizados por homens e mulheres. Normas essas que agiam sobre questões raciais, de classe e de gênero dos sujeitos oitocentistas. Portanto, quando encontramos, em 1835, no periódico *A Mulher do Simplício*, um artigo onde criticava-se o comportamento feminino exacerbado, não é de se espantar a ironia do trecho a seguir: "Em bem pouco tempo/ Leitores, verão/ Os homens, de saia/ Moças, de calção."²

O artigo ironizava o uso de calças para as mulheres e os fazia como se fosse algo inconcebível. Além disso, criticava a maneira como os/as brasileiros/as seguiam a todo custo as modas internacionais – principalmente as francesas. Como justificativa que os/as leitores/as não deveriam seguir estritamente todos os conselhos franceses a respeito das roupas, a folha afirmava que aquele era o século das luzes e que certas noções não fariam jus ao período de ilustração e conhecimento.

No entanto, cerca de 15 anos depois encontramos na imprensa fluminense publicações que incentivavam as mulheres a utilizarem roupas que haviam sido socialmente postas ao uso masculino, a exemplo dos coletes ou, como propagado pelo *Jornal das Senhoras: coletes de emancipação*³; além dos anúncios das calças *Bloomer* - adiante trataremos mais profundamente do que se tratam tais estilos de trajes. Nosso objetivo nesse artigo é analisar como as roupas podem ser símbolos e discursos não ditos e são capazes, portanto, de fazerem os sujeitos questionarem as normas sociais e padrões encontrados na sociedade fluminense do século XIX. A socióloga Diana Crane chamou o uso

²**A Mulher do Simplício**, Rio de Janeiro, ed45, 12 dez. 1835.

³Guilherme Gonçalves afirma em sua dissertação que essa ideia de associar o uso feminino de coletes a concepção de emancipação foi apresentado somente quando o vestuário foi publicado no *Jornal das Senhoras*. GONÇALES, Guilherme. **Mulheres engravatadas: moda e comportamento feminino no Brasil, 1851-1911**. São Paulo: Dissertação apresentada no FFLCH – USP, 2019.

desse modelo de indumentária como *alternativo* e, por vezes, ao longo do texto nos referimos a esse estilo da mesma forma que Crane.⁴

Enquanto símbolo o uso de roupas que não eram socialmente destinadas às mulheres é possível ser compreendido como uma maneira de expressão da cultura política. Afinal, uma mulher oitocentista utilizando roupas como calças e coletes deve ser encarado como um ato político e o conjunto de crenças por trás dessa ação, onde questionava-se determinados padrões pré estabelecidos, deve ser entendido como uma cultura política. Segundo Serge Berstein a cultura política solucionou os problemas enfrentados pela história política pois não buscava entender os sujeitos e fatos a partir de explicações únicas e sim adaptando as situações aos contextos.⁵

Além disso, a cultura política pode ser uma movimentação coletiva e auxilia a compreensão de determinadas motivações e escolhas comportamentais concernentes ao universo político. Berstein determina que a dimensão coletiva da cultura política permite compreender melhor a organização de alguns grupos, entendendo que os membros partilham de experiências do passado e perspectivas do futuro. No mais, a cultura política é construída juntamente aos vetores por onde ela é transmitida⁶, no cenário a ser analisado esse vetor de transmissão é a imprensa.

É lugar comum na historiografia que a década de 1980 foi a década de ouro no que se refere a trabalhos que se preocuparam em investigar as fontes com a perspectiva da história das mulheres, e a década de 1990 no que se refere a história vista com base na perspectiva do gênero. A história encarada a partir dessas concepções passou a preocupar-se com o lugar das mulheres na sociedade e como esses lugares e espaços eram influenciados pelas relações de

⁴CRANE, Diana. Vestuário feminino como resistência não verbal: fronteiras simbólicas, vestuário alternativo e espaço público. In: _____. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. Cap. 4, p. 197-268.

⁵BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 349-363.

⁶Ibid.

poder que estavam, quase sempre, sobre o comando masculino.⁷ Isso porque vivíamos – e ainda vivemos – em uma sociedade patriarcal.

Uma das maiores brasileiras expoentes dessa época foi Maria Odila Leite Dias, em um artigo da historiadora escrito na década de 1980, ela chamava atenção dos leitores para a dificuldade que havia em estudar a história das mulheres em virtude da ausência de fontes. Para enfrentar essa situação, Dias pedia aos historiadores que tivessem uma maior cautela em perceber as entrelinhas das documentações,

Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados de preferência nas tensões sociais, mediações e intermediações: nas relações propriamente sociais, que integram mulheres, história, processo social que os historiadores podem resgatar das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos.⁸

Nesse sentido, recuperamos sua fala a fim de determinarmos que além de lermos nas *entrelinhas* e percebemos as *fissuras*, também devemos nos atentar para a representação que as indumentárias possuíam na imprensa e a partir das entrelinhas estabelecer como as roupas podiam causar certas tensões sociais que fazem parte da história das mulheres.⁹

Logo, a imprensa é nossa principal fonte de análise. A imprensa e os jornais como fonte de pesquisa são fundamentais para o entendimento do cotidiano de toda a sociedade ao longo do século XIX. Sendo o principal meio de comunicação de então, a imprensa permite que nós, pesquisadores do século XXI, consigamos perceber os debates que estavam presentes no período.¹⁰ Por isso optamos pela imprensa para perceber a presença desses trajes na vida dessa sociedade, assim como os debates que resultaram deles, considerando que iam contra todo o ideal patriarcal vigente no Oitocentos.

⁷SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez., 1995, pp 1-35.

⁸DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, jan./jun., 1983, p. 31-45, p. 41.

⁹Sobre o conceito de representação: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

¹⁰Sobre o uso dos jornais como fonte de pesquisa, ver mais em: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O Brasil oitocentista – assim como o Brasil contemporâneo – vivia em um contexto patriarcal. Isso porquê as sociedades ocidentais foram construídas em cima de uma ideia onde se tem o homem como provedor e detentor de todos âmbitos de poder, sejam eles públicos ou privados. Nesse sentido, Gerda Lerner declarou que: “os estados arcaicos foram organizados no formato de patriarcado; assim, desde o início, o Estado tinha um interesse fundamental na permanência da família patriarcal.”¹¹ Assim sendo, às mulheres foram determinados papéis e espaços sociais que eram apropriados ao universo feminino de acordo com a percepção dos homens.

No entanto, as mulheres foram encontrando meios de subverter a esses papéis ditados e foram construindo suas histórias, sendo agentes sociais e determinantes de suas próprias trajetórias. A partir de estratégias sociais foram estabelecendo uma forma de perceber e se mostrar ao mundo diferente daquela que lhe fora originalmente imposta pela sociedade patriarcal.

Assim, era possível junto a um grupo social e um contexto favorável mostrar suas insatisfações e reivindicações à sociedade patriarcal em que se encontravam. Já que não tinham acesso a espaços políticos, as mulheres foram encontrando espaços – tais como a imprensa e o uso de determinadas peças do vestuário - onde isso seria factível e ressignificando os locais de acesso.

Para compreendermos como a indumentária poderia representar e ressignificar alguns sentidos é fundamental levar em consideração a teoria proposta por Roland Barthes. Barthes afirmou em seu clássico livro, *Sistema da moda*, que as roupas devem ser encaradas como discursos. O sociólogo acreditava que as roupas “falam”, logo, através da indumentária seria possível estabelecer uma comunicação com o outrem e apresentar informações cujo conteúdo não é escrito. Assim, o autor declarou “a indumentária é uma espécie de texto sem fim.”¹² No mais, reiterava a necessidade de extrair os sentidos das roupas.

Consideremos então que a representação e símbolos servem para dar sentido as ideias. Partindo dessa lógica, a utilização de coletes, calças e

¹¹LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019, p. 333

¹²BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

quaisquer outras indumentárias “não usuais” representam a noção de que as mulheres estavam insatisfeitas com as condições enfrentadas na sociedade do século XIX e que encontraram nas roupas uma forma de “falar” e, assim, contestar as normas sociais do período. No que se refere a representação, a entendemos a partir da ideia trazida pelo historiador Roger Chartier, que defende a noção de representação a partir de uma recriação de significado sobre algo já existente. Ou seja, essas mulheres, e a imprensa onde foi disseminado tal tipo de indumentária, ressignificaram o uso *comum* dessas peças a serem tratadas ao longo do texto e, portanto, modificaram o sentido da sua representação.¹³

Ainda, para entendermos melhor essa relação das roupas com as mulheres, pensemos na teoria da ociosidade cunhada por Thorstein Veblen. De acordo com o sociólogo, as mulheres – brancas e que pertenciam a determinada classe mediana - do século XIX utilizavam roupas volumosas, em que a locomoção era praticamente inviável, a fim de demonstrarem para os demais que possuíam boas condições financeiras e que, como consequência, não havia a necessidade de trabalharem.¹⁴

Logo, no momento em que essas mulheres estão reivindicando e utilizando trajés em que a mobilidade é executável percebe-se uma oposição a teoria da ociosidade. Pretendiam fazer uso de roupas mais confortáveis, dinâmicas e que possibilitavam o desempenho em qualquer tipo de trabalho. Através de uma mudança nos estilos de indumentária era possível construir reivindicações por meio dos trajés.¹⁵

O uso desse estilo de roupa, que fora socialmente encarado como masculino, pelas mulheres não foi uma exclusividade brasileira. Inclusive, é interessante notar como a década de 1850 foi significativa quando pensamos nesse tipo de uso da indumentária. O contexto social e político apresentado no Brasil e em outros países ocidentais, que influenciavam o nosso país, a exemplo

¹³CHARTIER, Op. cit.

¹⁴VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1989. Importante frisar que a teoria da ociosidade serve para entendermos a relação das mulheres do século XIX.

¹⁵Ressaltamos a ideia de que eram mulheres brancas e de uma “elite” tendo em vista que as mulheres pobres e negras já estavam no mundo do trabalho há tempos.

dos Estados Unidos e da França, permitiu que ocorressem tais práticas onde o discurso *emancipatório* feminino¹⁶ e a prática atingiram o que Barthes chamou de “práxis do vestir.”¹⁷ Posto isso, encontramos essa práxis em outros países.

Trajes alternativos: Bloomers e Coletes de Emancipação

Em finais de 1849 e princípio da década de 1850, uma jornalista estadunidense inaugurou aquele que ficou conhecido como trajés *Bloomer*. No início dos anos 1850 Amélia Bloomer dirigia e editava o periódico *The Lily*, ao conhecer tais trajés, a norte-americana passou a utilizá-los e anunciá-los em seu jornal, fazendo com que ganhassem proporções midiáticas.¹⁸ Bloomer expôs, apoiou e utilizou esse vestuário, que se tratava de uma calça por baixo de uma saia curta - diferente das demais saias utilizadas por mulheres no Oitocentos -. Esse estilo seguia um ideal completamente contrário as concepções de feminilidade do período.

Na figura abaixo, além da calça estilo *Bloomer*, a mulher também utiliza o espartilho – uma peça que demarca a ideia de feminilidade do século XIX; ou seja, a mulher utiliza uma peça que contesta a ideia de feminilidade oitocentista junto a um outro item que demarca e corrobora com essa mesma feminilidade.¹⁹ A figura a seguir demonstra como era o traje.

¹⁶Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de 1858 emancipação significa: “o ato de emancipar”, logo emancipar significa: “Tomar sobeja liberdade, isentar-se dos respeitos devidos, exigidos.” Logo, o ideal emancipatório feminino possuía vários sentidos que vão além da discussão desse artigo, no entanto, a emancipação buscada por essas mulheres era uma liberdade moral de conseguir direitos, a exemplo do direito de estudar, tão comentado no **Jornal das Senhoras** no que se refere continuamente a uma “emancipação moral das mulheres”. Silva, Antônio Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6º edição. Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858, p. 758. **Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, ed. 01, 01 jan. 1852, p. 06.

¹⁷BARTHES, Roland. Op. cit, np.

¹⁸Amélia Jenks Bloomer nasceu em Homer, Nova York, em 27 de maio de 1818. Estudou e tornou-se professora, até se casar com Dexter C. Bloomer, em 1840. Seu marido editava um periódico na cidade de Seneca Falls e foi um incentivador para que Amélia decidisse reestruturar e começar a editar o jornal *The Lily: A Ladies Journal Devoted to Temperance and Literature*, em janeiro de 1849, o periódico custava certa de 50 *cents*; as páginas de sua folha eram repletas de defesas aos direitos das mulheres estadunidenses. Ver mais em: NOUN, Louise. Amélia Bloomer: a biography. **The Annals of Iowa**. Iowa: Vl. 07, n. 8., pp. 575- 621.

¹⁹Para saber mais sobre a relação entre as calças *Bloomers* e os espartilhos ver em: RIBEIRO, Heloar Vasconcelos; NERY, Maria Salete de Souza. Diferença de gênero nas roupas: o espartilho e a calça *bloomer* no século XIX. V Seminário Internacional enlaçando sexualidades. **Anais enlaçando**, Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em:

Figura 1: traje bloomerista.



Disponível em <<https://images.app.goo.gl/mAAGwnM4JmZMh1aZ9>>. Acessado em: 06 de agosto de 2020.

Apesar de ter difundido tais vestimentas, Amélia Bloomer não foi responsável pela sua criação. O apoio da editora sucedeu-se pela facilidade que esse vestuário representava na vida das mulheres, já que ao vestirem as mulheres teriam maior comodidade de locomoção, facilitando também um possível trabalho, quando necessário e almejado.

O uso de calças por mulheres pode ser considerado como a representação de um anseio de maior participação social e uma inquietação por parte das mulheres, principalmente se considerarmos que:

O século XIX, sendo dominado pelo universo masculino, traduziu nas roupas um regime de autoridade, quando o prestígio era dado e reconhecido especialmente pelas calças, enquanto as saias dos vestidos, sobretudo armadas, eram, por sua vez, sinônimo de feminilidade.²⁰

<<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30512>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

²⁰XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009, p. 48.

Percebemos, através dos artigos publicados na imprensa, que as calças *Bloomer* e a ideia das mulheres utilizarem calças não foram bem recebidas pelos homens brasileiros. O trecho a seguir, que saiu no *Correio Mercantil*, ilustra a opinião de um homem sobre as mulheres que faziam uso de trajés *bloomeristas*:

Vestem calças, saias curtas, peregrinas, e usam chapéu redondo. Todas as que encontrei eram magras, velhas, feias e dotadas de uma voz detestavelmente desagradável. São faladoras, e facilmente se insurgem contra os homens casados e contra o casamento. Mas em negócio de casamento é preciso desconfiar sempre da opinião de velhas solteiras, magras e gritadoras.²¹

Suponhamos, pela reação negativa dos homens apresentada na imprensa brasileira, que algumas mulheres dessa parte da América estavam acompanhando as *bloomeristas* estadunidenses e fazendo uso desse estilo de vestimenta pelas ruas do Brasil. Apesar de não encontrarmos dados específicos nesse sentido, a apresentação desses trajés nos jornais e a aceitação de seu uso por algumas mulheres já pode ser considerado significativo e um sinal de mudanças que seriam provocadas a posteriori.

Além das calças *Bloomer* também encontramos em meados da década de 1850 os chamados *coletes de emancipação* que haviam sido apresentados na imprensa brasileira. Estes *coletes* foram influenciados pelas francesas – assim como quase todas noções de moda no Brasil do século XIX. As edições do periódico *Jornal das Senhoras* onde foram apresentadas esse modelo de trajés para as leitoras afirmavam que a ideia havia sido inspirada na moda francesa. Guilherme Gonçalves, em sua dissertação, questiona se o nome *colete de emancipação* não havia sido criado pela colaboradora do periódico, considerando que o traje aparece em outros jornais e, posteriormente, até mesmo no *Jornal das Senhoras*, apenas com o nome de colete.²²

Os artigos referentes a moda apresentados no *Jornal das Senhoras* eram assinados a partir da 13ª edição por Christina²³, no entanto, as publicações que

²¹ **Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal**, Rio de Janeiro, ed. 270, 01 de outubro de 1856.

²² GONÇALES, Op. cit.

²³ Segundo Everton Barbosa, Christina era um pseudônimo utilizado por Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, que viria a ser redatora do *Jornal das Senhoras* após a saída de

trataram dos *coletes de emancipação* apareceram antes da décima terceira edição e não foram assinadas, apenas levavam uma referência a um espaço geográfico situado no Rio de Janeiro: o *catete*.²⁴ Portanto, não sabemos se tratava da mesma colaboradora.

Os textos assinados em anônimo ou com pseudônimos eram corriqueiros no *Jornal das Senhoras*, principalmente porque era uma folha que reivindicava uma emancipação feminina, o que poderia causar perturbações para as mulheres que se arriscavam a assinar seus artigos. June E. Hahner afirma que “até a autora da seção de modas mostrava-se muito temerosa de um possível ridículo e, admitindo que lhe faltasse a coragem da editora, requereu que seu anonimato fosse mantido.”²⁵

Os artigos de moda eram publicados, na maioria dos números, logo nas primeiras páginas do periódico – se não estavam na primeira, rapidamente podemos encontrá-los por volta da segunda ou terceira página. Esses artigos eram fundamentais para o periódico, afinal possuíam um amplo poder de venda, o que justifica a sua presença nas primeiras páginas do jornal.²⁶

No *Periódico dos Pobres os coletes de emancipação* apareceram como sendo o “furor das parisienses”²⁷ e, em uma das publicações desta folha, foi anunciado que:

Os coletes, e basquins, ou por outra o *traje da emancipação feminina* está fazendo furor em Paris. Não há senhora alguma que não se apresente em toda a parte com o competente colete, e o seu basquin.”²⁸ [grifo nosso].

No *Jornal das Senhoras*, a colaboradora responsável pelos artigos de moda afirmou:

Joana Noronha. Hahner também acredita que Christina era pseudônimo de Violante. BARBOSA, Everton Vieira. **Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Assis, 2016. HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 – 1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²⁴Christina assinava suas publicações, as datava e escrevia o endereço como Infante; enquanto os primeiros artigos sobre moda publicados no periódico colocavam como endereço Catete. Informações que nos fazem questionar se todas as publicações que se dedicam às modas foram escritas mesmo por Christina.

²⁵HAHNER, Op. cit., p. 39.

²⁶BARBOSA, Op. cit.

²⁷**Periódico dos Pobres**, Rio de Janeiro, ed. 08, 24 jan. 1852, p.02.

²⁸**Periódico dos Pobres**, Rio de Janeiro, ed. 15, 10 fev. 1852, p.01.

O *colete de emancipação* é uma destas modas distintas e especiais, que de tempos em tempos Paris oferece às suas elegantes para nelas produzir uma revolução e um furor que, como a eletricidade, vai tocar todos os pontos da França, todos os círculos da sua sociedade, e por fim percorre vitoriosa a Europa toda, e chega a América para aí fazer outro tanto, sempre bem acolhida em toda a parte.²⁹ [grifo nosso].

A colaboradora, ao declarar que tinha o costume de utilizar tais trajes, informou que poderiam ser adquiridos na casa de modas da Mme. Barat e que causariam um grande furor nas brasileiras – assim como tinha sido com as francesas – considerando que representavam uma grande novidade e que possuíam uma característica positiva que o diferenciava das modas anteriores: a distinção. Era um estilo de indumentária *alternativo*, usando a expressão aplicada por Diana Crane.³⁰

Os *coletes de emancipação* eram um estilo de traje completamente distinto no que se refere ao guarda roupa feminino – lembrando que o pertencimento de roupas a determinados gêneros era, e ainda é, uma construção social e não algo posto naturalmente -, no entanto já era um grande conhecido dos homens oitocentistas. Inclusive, quando a colaboradora se referiu ao colete declarou:

Mas um colete, um colete de homem (ora vejam que diferença) bem talhado, com sua golinha de pé, ou de rebuço, ou de traspasse, empregado sobre o corpo esbelto de uma menina de quinze a vinte anos, ou mesmo de uma senhora até aos seus trinta e cinco anos, é por certo muito bonito.³¹

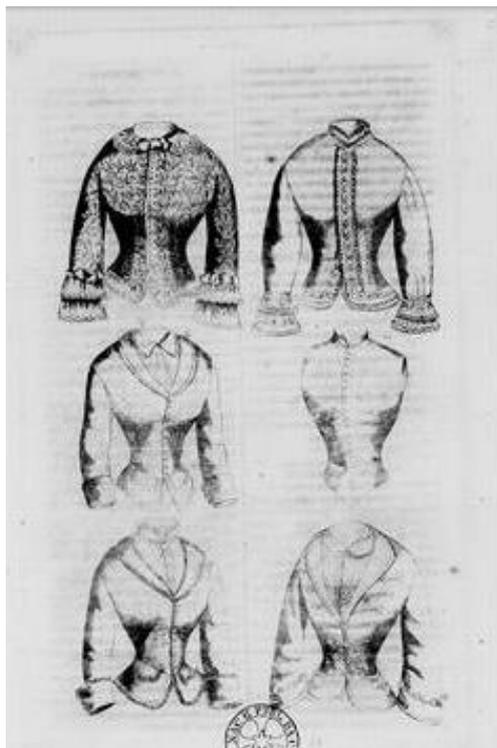
Os *coletes de emancipação*, apresentados na figura a seguir, eram modelos de coletes que seguiam os modelos masculinos, entretanto, deveriam ser destinados às mulheres. Caberia uma série de tecidos que poderiam ser utilizados na confecção dessa peça, como cetim e lã. Poderia, ou não, ser acompanhado de uma espécie de gravata.³²

²⁹ **Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, ed. 02, 11 jan. 1852, p. 01.

³⁰ CRANE, Op. cit.

³¹ **Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, ed. 02, 11 jan. 1852, p. 02.

³² As gravatas são constantemente referidas na dissertação já mencionada de Gonçalves. GONÇALES, op. cit.

Figura 2: *colete de emancipação*

Jornal das Senhoras, Rio de Janeiro, ed12, 21 de março de 1852. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&PagFis=10>>. Acesso em 21 de setembro de 2020.

O uso e a produção do *colete de emancipação*: rede de sociabilidades

Conhecido na historiografia da imprensa, o *Jornal das Senhoras* além de ter sido escrito e redigido por mulheres – foi fundado em 1852 pela argentina Joana Paula Manso de Noronha³³ - também se direcionava para um público leitor majoritariamente feminino, com uma série de artigos em que reivindicavam questões concernentes a educação feminina, entre outros pontos, cujo interesse principal era uma *emancipação moral* das mulheres. Não é à toa que os *coletes de emancipação* tenham sido apresentados com esse nome por meio dessa folha, conforme destacado por Gonçalves, e tido como representativos de uma reivindicação por parte das mulheres.³⁴

³³O *Jornal das Senhoras* também contou com a redação de Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Vellasco e Gervásia Nunezia Pires dos Santos Neves; no entanto, conforme a temporalidade que nos compete neste artigo, tratamos com mais profundidade do período em que ele era redigido por Joana Noronha.

³⁴Sobre o *Jornal das Senhoras*, ver mais em: DUARTE, Constância L. **Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX**. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Anteriormente, a venda de coletes havia sido anunciada no *Álbum Semanal*, no ano de 1851, mas não da forma como foi colocado no *Jornal das Senhoras*, no *Álbum* dizia-se: "Também tive ocasião de ver os paletós e coletes modernos, que tanto furor estão produzindo na Europa: é impossível que deixe de ficar elegantíssimo o corpinho que com eles se ataviar."³⁵

As mulheres oitocentistas que utilizaram tais trajés certamente eram leitoras do *Jornal das Senhoras*. Na peça *A Emancipação da Mulher* escrita por Antônio de Castro Lopes, em 1852 – ano em que a indumentária foi apresentada no periódico de Joana Noronha –, a personagem principal era leitora assídua do *Jornal das Senhoras* e chegou a ser incentivada pela folha a escrever pequenos artigos e enviar para o periódico, fato que muito desagradava seu tio, homem que considerava o *Jornal das Senhoras* repleto de informações prejudiciais às mulheres. As personagens femininas dessa história defendiam uma emancipação das mulheres e utilizavam os *coletes de emancipação*.³⁶

As leitoras e a colaboradora, portanto, demonstraram gostar dos *coletes de emancipação* anunciados no jornal e afirmaram que já haviam utilizado tal indumentária: "e tanto assim é, que já estou usando os meus coletinhos, não só nos meus passeios de campo, mas nas minhas visitas; e talvez... ainda resolva ir a certo baile com um cor de canário."³⁷ O colete havia sido, de acordo com o periódico, muito bem recebido pelas leitoras, uma das senhoras passeava pelo bairro de botafogo com o traje: "ela passeava com uma das mãos apoiada ao seu colete e com a outra graciosamente brincava com os sinetes de seu relógio. Era um semi-homem cheio de feitiços e encantos."³⁸

Essas ações representavam uma reivindicação e por isso consideramos seu uso uma forma de ato político. E, já que consideramos o seu uso um ato político e uma ação representativa de uma cultura política, é preciso pensarmos nos laços de sociabilidade formados entre as mulheres envolvidas com o *colete*

³⁵ **O Álbum Semanal: Cronológico, literário, crítico e de modas**, Rio de Janeiro, ed. 05, 30 nov. 1851, p. 07.

³⁶ **A Marmota**, Rio de Janeiro, ed. 1305, 04 out. 1861, p. 01.

³⁷ **Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, ed. 02, 11 jan. 1852, p. 01.

³⁸ **Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, ed. 03, 18 jan. 1852, p. 02.

de emancipação e de qual conjunto de agentes sociais estamos falando – no que se refere a questões raciais e de classe desses sujeitos.

Sabemos que em meados da década de 1850 muitos brasileiros/as eram analfabetos. O conhecimento da leitura e escrita era restrita a um pequeno número de pessoas que se situavam, majoritariamente, nas classes mais elevadas e algumas nas classes medianas. Ainda levemos em conta que vivíamos em um regime escravocrata, que muitas mulheres negras se encontravam na condição de escravizadas e que, conseqüentemente, poucas sabiam ler/escrever – ainda mais quando consideramos que nesse momento, ao menos na Corte, os escravizados eram impedidos de se matricularem nas escolas públicas³⁹ -, assim restringimos ainda mais o grupo de mulheres leitoras do *Jornal das Senhoras*.⁴⁰

Nesse sentido, o grupo de mulheres que utilizaram essas roupas, liam o *Jornal das Senhoras* e reivindicavam mais espaços sociais às mulheres, tratavam-se de senhoras brancas e que pertenciam, se não as elites oitocentistas, ao menos a essa classe mediana. Verena Stolcke aponta que é preciso nos atentarmos para não aplicarmos os padrões da classe média para a toda classe trabalhadora, portanto reforçamos que essas mulheres que reivindicavam o uso de calças e coletes pertenciam a uma classe social que as afastava das mulheres trabalhadoras e que, portanto, construíram reinvidicações próprias.⁴¹

As mudanças sociais e políticas trazidas pelo uso dessas roupas seria sentido em gerações futuras. No entanto, essa modificação nos costumes de um determinado grupo a partir da sua relação com a indumentária pode dizer

³⁹Para saber mais sobre a relação entre negros (incli-se libertos ou escravizados) e o acesso a educação público ao longo do século XIX, ver em: BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vl. 42, n. 03, jul./set., 2016, np.

⁴⁰Sabemos que a leitura em voz alta era uma prática constante no século XIX, no entanto, devido a reinvidicação feminina pelo uso desses modelos de roupas que seriam mais confortáveis no momento que estavam ingressando mais veemente no mundo do trabalho, consideremos, ainda assim, que essas mulheres eram, majoritariamente, brancas e de classe mediada, já que as mulheres pobres e negras já trabalhavam e não estavam inserindo-se nesse universo em meados do século XIX.

⁴¹STOLCKE, Verena. **Mulheres e trabalho**. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/45705105/verena-stolcke-mulheres-e-trabalho-cebrap>>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.

muito sobre todo o complexo social e econômico de uma sociedade. Por isso é fundamental pensarmos a partir das questões raciais e de classe das mulheres que estamos analisando a fim de investigarmos a rede de sociabilidade que estavam inseridas.

Esse grupo de mulheres compartilhavam valores, ideias do passado e crenças para um *novo* futuro. A condição financeira dessas mulheres é fundamental na análise pois as mudanças e ações devem estar em conformidade com o desenvolvimento econômico. É imprescindível que levemos em consideração a estruturação econômica dessas mulheres e de suas famílias para estabelecer a classe social desse grupo de mulheres que partilhavam ideias entre si.

As mulheres que possuíam melhor condição financeira compravam os coletes que eram produzidos pelas modistas e feitos pelas costureiras; enquanto as demais tinham a possibilidade de costurar os coletes em casa, já que o jornal de Joana Noronha disponibilizava os moldes que poderiam ser facilmente copiados e eram distribuídos junto aos jornais – como era de costume nos periódicos que dedicavam um espaço a tratar das modas, a título de exemplo citemos *A Marmota*.

Desse modo, essa sociabilidade não ficava apenas entre aquelas que faziam uso dos trajes, mas também aquelas que o produziam. Mme. Barat era um exemplo de modista que confeccionava o traje apresentado no periódico. O estabelecimento de Madame Barat ficava situado na Rua do Ouvidor, nº 82 sobrado.⁴² A Rua do Ouvidor era repleta de *Casas de modas* – como eram chamados os espaços que comercializavam roupas e tecidos no Oitocentos – e, portanto, um lugar representativo no que se refere a sociabilidade das mulheres atentas às modas no século XIX.

Nos permitimos fantasiar sobre as conversas, debates, amizades e trabalhos que foram construídos e reconstruídos nessa rua e nas lojas ali situadas. A Rua do Ouvidor, como bem destacado por Joaquim Manuel de

⁴²**Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro, ed. 10, 1853, p. 541.

Macedo⁴³, foi fundamental para a circulação das modas francesas no Rio de Janeiro. Não era de se estranhar que a loja de Mme. Barat fosse situada ali.

Certamente mais modistas confeccionavam os *coletes de emancipação*, no entanto, o *Jornal das Senhoras* apontava, quase exclusivamente, para Madame Barat. Ao longo da leitura da folha, verificamos que a Madame Barat era constantemente mencionada nos artigos do periódico, revelando uma relação – se não de proximidade por relações afetivas, uma proximidade por relações de interesse comercial e econômico. Pierre Bourdieu, em seu livro *Dominação Simbólica*, chama atenção para os interesses que existem por trás das propagandas.⁴⁴ Acreditamos que a assiduidade com que o periódico anunciava os trabalhos de Mme. Barat revela sobre as relações comerciais estabelecidas entre a folha e o ganho de vendas do comércio local.

O *Jornal das Senhoras* afirmava que se preocupava em proporcionar às suas leitoras mais que um artigo sobre modas. Para a redação era fundamental que o periódico também desse às mulheres indicações de quais tecidos utilizar em determinados trajes e quais modistas deveriam procurar.⁴⁵ A folha acreditava que isso seria um diferencial aos demais artigos de modas publicados em outros jornais do período, “é necessário indicar a moda, inculcar as fazendas, designar a modista, e enfim preparar o prato para ser trinchado ao gosto de cada um.”⁴⁶

Costume indumentário e ato político

Conforme mencionamos anteriormente vivíamos em uma sociedade patriarcal, onde as mulheres não tinham muito espaço para situarem suas reivindicações sociais. Por isso, a utilização de roupas que não lhes era usual “falava” a essa sociedade insatisfações percebidas e vivenciadas por essas mulheres. Elas podiam não estar presentes nos espaços políticos acessíveis aos homens, mas se permitiram compreender que não era necessário estar lá para

⁴³MACEDO, Joaquim Manuel. **Memórias da rua do Ouvidor**. São Paulo: Saraiva, 1963.

⁴⁴BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

⁴⁵Quando falamos em redação do periódico estamos nos referindo aos primeiros 6 meses de circulação do jornal quando Joana Paula Manso de Noronha esteve à frente da folha e período no qual o *colete de emancipação* fora apresentado.

⁴⁶**Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, ed. 04, 25 jan. 1852, p. 03

demonstrar seus posicionamentos. De acordo com Crane: “esse tipo de vestuário consistia numa forma de comunicação não verbal que possuía apelo junto às mulheres cujos papéis eram conflitantes ou restritos.”⁴⁷

Portanto, um conjunto de mulheres produzindo e vestindo calças e coletes masculinos demonstrava muito mais do que a roupa em si. Philip Mansel, em um artigo sobre indumentária, declarou: “It is indisputable that the function of clothes is not only to clothe their wear but also to say something about his or her aspirations or attitudes.”⁴⁸ E, por isso, defendemos que esse uso deve ser encarado como um ato de insatisfação política em que em ações cotidianas as mulheres buscavam alcançar espaços sociais. A nova história da política nos permite perceber a importância desses agentes sociais políticos. Essa *nova* história considerava que os agentes políticos eram/são tão – ou mais – determinantes que as próprias instituições.⁴⁹

No mais, esse ato rompeu com uma tradição. Uma tradição no vestir que a partir daquele momento pôde se reconstituir com novos costumes. De acordo com Daniela Calanca “a moda é um fenômeno de costume”⁵⁰ e a moda, assim como o costume, é um fenômeno variável.⁵¹ Dessa forma, os usos e *re-usos* desse estilo de trajes determinariam a maneira como ele se estabeleceria na sociedade. Percebemos, por exemplo, que eles foram aceitos pelas mulheres, mas não tão bem recebidos pelos homens: “Moisés a qualificou de *Bloomer*, e por certo é mais duro para uma mulher ouvir dizer que ela traz calções, do que para um homem o ser puxado pela barba.”⁵²

Por outro lado, as mulheres afirmavam:

Há muito que as senhoras inglesas e americanas, disse ela, reclamavam uma reforma útil e necessária no seu modo de vestir. Aquelas que tomarão a iniciativa, a este respeito, na

⁴⁷CRANE, op. cit., p. 201.

⁴⁸“É indiscutível que a função da roupa não é apenas vestir, mas também dizer algo sobre suas aspirações ou atitudes.” [Tradução nossa]. MANSEL, Philip. Monarchy, uniform, and the rise of the frac 1760-1830. **Past and Present**, Londres, n. 96, 1982, p. 103 – 132, p. 103.

⁴⁹RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

⁵⁰CALANCA, Daniela. **História social da moda**. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011, p. 12.

⁵¹Sobre o costume não ser um fenômeno fixo e sim variável, ver mais em: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵²**Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ed. 54, 24 fev. 1853, p. 02.

América, cabe a honra de se haverem interessado em abolir vivamente a escravidão.⁵³

Ou seja, o público feminino estava gostando e aprovando esse novo estilo de indumentária.

As mudanças trazidas por esse novo estilo só seriam sentidas em gerações posteriores, no entanto variações nunca cessariam. Consideremos que as transformações trazidas por meio das culturas políticas são “um corpo vivo que continuam a evoluir, que se alimentam, se enriquecem com múltiplas contribuições.”⁵⁴

Conclusão

O que buscamos refletir a partir desse artigo é como o uso de determinadas indumentárias pode ser representativo de uma ação *contestadora* – na medida do que o contexto permitia – diante de normas ditadas pela sociedade do período estudado. Portanto, defendemos que tal ação é por si só um ato político e que, conseqüentemente, tal ato político quando analisado em seu contexto pode ser compreendido, com suas atitudes, normas, crenças e tendências, como um fenômeno de uma cultura política.

Para tanto, a ação de utilizar uma indumentária que não pertencia socialmente às mulheres, era algo incômodo para os olhares masculinos acostumados a vê-las em outros tipos de trajes. Se incomodava, conforme exposto nos jornais, é porque a ação política determinada por esse uso estava surtindo o efeito desejado e as mulheres estavam conseguindo causar algum tipo de tensão social. Essa tensão social era sentida no cotidiano e representada na imprensa.

Esse tipo de feito, que incomodava no dia a dia dos sujeitos políticos, era o incômodo necessário para provocar futuras mudanças políticas, sociais e culturais na sociedade. A cultura era/é um campo dinâmico em constante

⁵³ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, ed01, 1852, p. 27.

⁵⁴ BERSTEIN, op. cit., p. 357.

construção e são os fenômenos culturais que preparam o terreno para as transformações políticas.⁵⁵

Portanto, não foi do dia para a noite que as mulheres revolucionaram o Rio de Janeiro ao utilizarem as calças *bloomers* e/ou os *coletes de emancipação*, no entanto, esse ato político causava perturbações nos homens, o que foi fundamental para que ocorressem posteriores mudanças estruturais que determinaram o horizonte político dessas mulheres oitocentistas – de classe e raça específicas.

Ao considerarmos tais manifestações como um fenômeno de cultura política é possível compreendermos o porquê das mudanças ocasionadas a partir das manifestações citadas ao longo do artigo demoraram a, de fato, acontecerem. Berstein acredita que as respostas relativas à cultura política podem ter suas transformações demoradas pois seguem mudanças estruturais que não são modificadas rapidamente.⁵⁶

Noutros termos, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de carácter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos.⁵⁷

No mais, corroboramos com as concepções apresentadas por Gerda Lerner no momento que a autora afirma que: “Only a new history based on this recognition and equally concerned with men, women, the establishment and the passing away of patriarchy, can lay claim to being a truly universal history.”⁵⁸ Nesse sentido, entendemos a necessidade de estarmos cada vez mais atenta as proposições femininas e que nos concentremos em compreender as mudanças sociais que foram empreendidas pelas mulheres em situações cotidianas.

⁵⁵Ibid.

⁵⁶Ibid.

⁵⁷Ibid., p. 356.

⁵⁸“Somente uma nova história baseada no reconhecimento e igualmente preocupada com homens, mulheres, o estabelecimento e o fim do patriarcado, pode reivindicar ser uma história verdadeiramente universal.” [Tradução nossa]. LERNER, Gerda. Placing Women in History: Definition and Challenges. In: **Feminist Studies**, Autumn, 1975, Vol. 3, No. 1/2 (Autumn, 1975), pp. 5-14, p. 13.

Referências**Fontes:**

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Tipografia Parisiense, 1852-1855. 1852-1855.

A MULHER DO SIMPLÍCIO, OU A FLUMINENSE EXALTADA. Rio de Janeiro: Tipografia de Tomaz B. Herg& C. 1832-1846. 1835.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCATIL E INDUSTRIAL – LAEMMERT. 1844-1889. 1853.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821-1878. 1853

NOVO CORREIO DAS MODAS: NOVELAS, POESIAS, VIAGENS, RECORDAÇÕES HISTÓRICAS, ANEDOTAS, CHARADAS. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert. 1852-1854. 1852.

A MARMOTA. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1857 - 1864. 1861.

PERIÓDICO DOS POBRES. Rio de Janeiro: Tipografia dos Pobres, 1850-1871. 1852

O ALBUM SEMANAL: CRONOLÓGICO, LITERÁRIO, CRÍTICO E DE MODAS. Rio de Janeiro: Tipografia do Pereira, 1851-1852. 1851.

CORREIO MERCANTIL E, INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco José dos Santos e Rodrigues, 1848-1868. 1856.

Bibliografia:

BARBOSA, Everton Vieira. **Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista.** 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Assis, 2016.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vl. 42, n. 03, jul./set., 2016, np.

BARTHES, Roland. **Sistema da moda.** São Paulo: Ed Nacional, 1979.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998, pp. 349-363.

BORGES, Camila; MONTELEONE, Joana; DEBON, Paulo (orgs). **A história na moda, a moda na história.** São Paulo: Alameda, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CALANCA, Daniela. **História social da moda.** 2º edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CRANE, Diana. Vestuário feminino como resistência não verbal: fronteiras simbólicas, vestuário alternativo e espaço público. In: _____. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. Cap. 4, p. 197-268.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, jan./jun., 1983, pp. 31-45.

DUARTE, Constância L. **Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GONÇALES, Guilherme. **Mulheres engravatadas: moda e comportamento feminino no Brasil, 1851-1911**. São Paulo: Dissertação apresentada no FFLCH – USP, 2019.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 – 1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LERNER, Gerda. Placing Women in History: Definition and Challenges. In: **Feminist Studies**, Autumn, 1975, Vol. 3, No. 1/2 (Autumn, 1975), pp. 5-14.

MACEDO, Joaquim Manuel. **Memórias da rua do Ouvidor**. São Paulo: Saraiva, 1963.

MANSEL, Philip. Monarchy, uniform, and the rise of the frac 1760-1830. **Past and Present**, Londres, n. 96, 1982, pp. 103-132.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOUN, Louise. Amelia Bloomer: a biography. **The Annals of Iowa**. Iowa: Vl. 07 n. 8, pp. 575- 621.

RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

RIBEIRO, Heloar Vasconcelos; NERY, Maria Salete de Souza. Diferença de gênero nas roupas: o espartilho e a calça *bloomer* no século XIX. V Seminário Internacional enlaçando sexualidades. **Anais enlaçando**, Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30512>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez., 1995, pp. 1-35.

Silva, Antônio Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6º edição. Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858.

STOLCKE, Verena. **Mulheres e trabalho**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/45705105/verena-stolcke-mulheres-e-trabalho-cebrap.0> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa.** São Paulo: Abril Cultural, 1989.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

Figuras:

Figura 1. Disponível na Internet via <<https://images.app.goo.gl/mAAGwnM4JmZMh1aZ9>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

Figura 2: Disponível na Internet via <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700096&PagFis=10>>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.

Recebido em: 30/09/2020
Aprovado em: 04/01/2021